# A formação da Ciência Política – dimensão histórica.

NELSON ROSÁRIO DE SOUZA[1]

## 1. O que é a política?

‘Guerra do Fogo’ é um filme dirigido por Jean-Jacques Annaud, nele é possível observar, entre outras coisas, a precocidade na disputa por bens materiais e simbólicos na história da humanidade. O filme reconstrói o embate entre tribos de hominídeos que caminhavam no seu processo evolutivo na justa medida em que a disputa em torno do fogo apresentava novos problemas e solicitava novas soluções. Neste caso, o conflito estava associado à sobrevivência, a espiritualidade, à linguagem, enfim, a construção do ser humano.

Vejamos outra situação de conflito, esta, bastante conhecida. Um novo líder espiritual emerge em meio ao povo sofrido, arregimenta um grande número de seguidores. Os altos escalões da religião vigente enxergam no fato uma ameaça aos valores tradicionais, à sua instituição e hegemonia, o conflito é iminente. A reação é conclamar a autoridade do Estado a tomar uma atitude que restabeleça a ordem. O governante decide não decidir, lava as mãos. Abre-se o caminho para que os religiosos condenem à morte, pela crucificação, aquele que era visto como desafiador dos poderes estabelecidos. Religião e poder se confundem.

Um terceiro episódio histórico. Na Paris de 1968, estudantes descontentes puxam a greve geral e ocupam as ruas durante vários dias. Contestam a ordem vigente na sua dimensão política, econômica, social e cultural. O poder exercido por instituições e autoridades tidas como democráticas, avança sobre os jovens. A coerção é perceptível e se dissemina em nome da ordem. De modo surpreendente o movimento acaba como começou, de repente.

[Introduzir imagem dos conflitos na Paris de 1968].

Os três episódio acima descritos têm um ingrediente em comum: o embate perpassando mais de uma dimensão da realidade. Sendo que no primeiro caso o conflito confunde-se com o próprio processo de constituição da humanidade. Se o conflito está disseminado na realidade desde o passado mais distante até os nossos dias, e se a política é a gestão do conflito, significa que política sempre existiu e está em todas as relações? Como precisar o campo da política e, mais propriamente, o objeto da Ciência Política? A pergunta traz consigo a resposta: a condição para que a política se constitua na sua dimensão própria é de que a dispersão do conflito, seu caráter ilógico e sem rosto definido, seja transformado, concretamente, em concentração do jogo de poder, com uma face detectável e relativamente

---

[1] Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

estável. A idéia de que a política é tudo, ou que tudo é político, inviabiliza o pensamento sobre a política. A política pode estar em tudo: na arte, nos jogos amorosos, nas relações de trabalho, nas religiões, etc., mas, ela não é tudo. A política que interessa à ciência é justamente a atividade que busca, pela concentração institucional do poder, sanar os conflitos e estabilizar a sociedade pela ação da autoridade, é o processo de construção de uma ordem. Ao longo da história a política se separou paulatinamente de outras dimensões, ganhando autonomia, ainda que relativa, diante da economia, do direito, da religião, da moral, enfim, da sociedade. O olhar do cientista político recai sobre os processos que objetivam gerenciar institucionalmente os conflitos sociais. As análises científicas sobre o significado destes processos variam numa escala que vai do otimismo ao realismo. Para alguns a gestão dos conflitos tende para a construção de sociedades democráticas, ou seja, pretensiosamente de não dominação. Para outros, formas de dominação, cada vez mais sofisticadas, se sucedem ao longo da história, o que explicaria, as disputas entre os grupos sociais pela conquista da hegemonia no campo político.

O terceiro episódio acima relatado, revela, por um lado, a crise que acomete a dimensão política quando o conflito social se generaliza e se sobrepõe às instituições e autoridades. A disputa não é mais localizável e passível de gerenciamento institucional. É como se a sociedade, formada por instituições como a família, a igreja, associações, empresas, sindicatos etc., não aceitasse mais a fronteira que demarca o político e marchasse sobre ela. Por outro lado, o restabelecimento da ordem pelas vias institucionais, no mesmo evento, indica a restauração da autonomia da esfera política, os atores sociais volta a ocupar suas posições na sociedade, deixando a política para os especialistas.

Quais condições precisaram ser preenchidas para o aparecimento da Ciência Política? É possível afirmar que dois caminhos se combinaram para o surgimento da Ciência Política. De um lado ocorreu o desenvolvimento lógico. Questões filosóficas que, no seu amadurecimento, se desdobraram em problemas científicos sobre aspectos específicos da realidade, possibilitando a configuração deste novo campo de saber. Mas, paralelamente a este desdobramento reflexivo, aconteceram as transformações na própria realidade histórica. Sobre elas novos olhares foram lançados e delineamentos teóricos singulares emergiram. Com o desenrolar da história, práticas, processos e relações concretas que, num primeiro momento, formavam um todo, ao mesmo tempo, social, político e jurídico, ganharam espessura própria, agregando atores específicos e demarcando fronteiras, se não rígidas e palpáveis, com certeza, nítidas e decifráveis pela perspectiva científica. Não tem sentido perguntar o que aconteceu primeiro: novas reflexões transformaram a realidade ou novos acontecimentos transformaram

a forma de pensar o mundo? As mudanças são o resultado do revezamento entre inovações representativas e transformações concretas, uma agindo sobre a outra. Uma dinâmica difícil de congelar numa relação causal unívoca. Aliás, a questão da causalidade, aqui, não faz sentido e pouco colabora para o entendimento da história.

A ciência tem o hábito de separar para analisar, dividir para compreender. Vamos começar nossa análise do surgimento da Ciência Política pela dimensão dos processos concretos, ou seja, pelas condições históricas que favoreceram a autonomia da política em relação às outras dimensões da realidade. Não que a pretensão seja de conferir maior importância, ou força causal, à realidade histórica em relação às suas formas de representação.

## 2. A política na antiguidade clássica.

Não é exagero recuar até a antiguidade clássica grega. Muito do ordenamento político moderno tem como fonte de inspiração a organização grega. Este fato, entretanto, pode gerar alguma confusão. Existiria na Grécia uma dimensão da realidade propriamente política? A *polis* grega apresentava uma distinção entre Estado e sociedade? Aristóteles quando proclamou que o 'homem é um animal político' (*zoon politikón)* estava precocemente recortando uma dimensão da realidade, a dimensão política e reconhecendo sua autonomia? *A* resposta a estas questões é uma só: não. Como bem lembra Giovanni Sartori (SARTORI, 1981) a afirmação de Aristóteles aparece num contexto de definição da vida como um todo e não de um aspecto dela. O 'homem' na Grécia antiga só realizaria plenamente sua essência se estivesse inserido na *polis* e esta, por sua vez, compreendia mais do que uma suposta dimensão política, dizia respeito à cidade. *Polis* significava a comunidade de homens adultos participando de forma isonômica no exercício do poder. E este verbo, participar, tem aqui um sentido profundo. Na *polis* as dimensões social e política não se distinguiam, formavam um todo, tal separação só vai se cristalizar na modernidade. Nem mesmo a palavra social existia no vocabulário grego, ela é uma elaboração posterior, latina.

[Inserir desenho/foto de Aristóteles].

Significa dizer que a *polis* grega era horizontal. No que dizia respeito à vida pública, os cidadãos gregos estavam em igualdade e juntos decidiam, pela via dos debates, os caminhos da comunidade. Não existia uma hierarquia rígida entre os homens, a verticalidade das relações estava limitada à esfera privada. No mundo do lar, o homem se sobrepunha às mulheres e aos servos. Na cidade, os cargos de magistratura, distribuídos entre os cidadãos, eram ocupados segundo o princípio do revezamento. Até mesmo o espaço urbano estava configurado segundo a lógica da horizontalidade, da participação igualitária e da totalidade

sócio-política. A *ágora* era uma praça que abrigava o mercado, os debates, o que hoje chamamos de vida social e, ao mesmo tempo, as tomadas de decisão, vida política. Esfera pública por excelência, a *ágora*, era o espaço de exercício da democracia direta e da convivência dos cidadãos, era o lugar onde a vida ateniense acontecia. A atividade política harmonizava a experiência individual com os interesses da comunidade, a vida na *polis* iluminava o caminho de cada cidadão constituindo uma ética (MAAR, 1982). O homem adulto ateniense que não vivia a 'cidade', não participava, era visto pelos demais como anormal. Participar da construção da *polis* confundi-se com desenhar o caminho da própria vida. Sartori explica este caráter unitário da *polis* e a identidade que dela emerge:

> "A *polis* era a unidade constitutiva indecomponível e a dimensão suprema da existência. No viver 'político' e na 'politicidade' os gregos viam não uma parte, ou aspecto, da vida, mas seu todo, sua essência. Inversamente, o homem 'não político' era um ser deficiente, um *ídion*, um ser carente (significado original do nosso termo 'idiota', cuja insuficiência consistia justamente em ter perdido (ou não haver adquirido) a dimensão e a plenitude da simbiose com sua *polis*[2]. Em breve, um homem 'não-político' não era apenas um ser inferior, era menos-que-homen". (SARTORI, 1981, 158 e 159).

O significado da *polis* enquanto dimensão indistintamente sócio-política, configurada e reproduzida espacialmente, foi bem apreendida por Richard Sennett (SENNETT, 1997). Sennett nos mostra, numa bela narrativa, como a horizontalidade e a integralidade da cidade grega começou a ruir quando importantes debates e decisões foram transferidas da *ágora* para o teatro grego. No novo espaço, o discurso entre interlocutores em condições de igualdade foi substituído pela distinção entre cidadãos que tomavam a palavra no espaço por excelência da fala, o palco, e aqueles que passivamente assistiam a tudo da platéia. Aqueles cidadãos gregos que demonstraram ou desenvolveram uma técnica de dramatização do discurso foram mais eficientes no convencimento em relação aos outros. Vemos aí o início de uma especialização e, associado a ela, o nascimento de uma hierarquia entre os cidadãos. O resultado foi trágico, passado um tempo das decisões, os cidadãos não se reconheciam mais nelas. A horizontalidade da *polis*, sua unidade sócio-política e espacial desmoronou e junto se desmanchou a identidade dos cidadãos, o efeito foi sentido na fragilidade dos gregos diante da invasão estrangeira. Aí talvez possamos identificar um primeiro e pequeno passo rumo a autonomia da esfera política em relação à dimensão social. Passo tímido, mas, de efeitos históricos monumentais.

---

[2] Irresistível a comparação. Para os gregos da antiguidade clássica era 'idiota' o sujeito que preenchendo as prerrogativas para participar da vida pública na *polis*, abdicava de faze-lo. Hoje, muitas vezes, são rotulados de idiotas aqueles que, nas rodas de conversa, não se empolgam com assuntos sobre a vida privada das celebridades e insistem em colocar em pauta temas públicos, ou seja, assuntos políticos. Interessar-se por política, para muitos, não é normal.

A realidade do mundo romano antigo mostrou-se mais propícia à separação entre as dimensões do social e do político, ou melhor, à substituição da homem político pelo homem social. Os romanos herdaram os princípios da vida na *polis* da tradição ateniense, mas, já num contexto onde as cidades atingiam uma dimensão que inviabilizava a participação direta dos cidadãos na 'ágora'. Diante da nova realidade os romanos traduziram *polis* por *civitas*, cujo significado remete a relações de outra ordem. *Civitas* traz consigo a conotação de associação sob um conjunto de leis, ou seja, uma *civilis societas* e, finalmente, uma *iuris societas* (sociedade jurídica). A idéia de sociedade vai se configurando dissociada da política. O homem político de Aristóteles vira homem social na formulação de Sêneca (4 a.C. – 65). A vida social remete, progressivamente, à convivência pacífica entre os homens a partir da adesão a um conjunto de leis. A gestão das leis era feita pelo imperador, visto, como um tutor a cuidar dos seus pupilos e impor os interesses dos mesmos ao restante da população. O caráter positivo que acompanhava a idéia ateniense de **participar** da construção da *polis*, paralelamente à elaboração da própria trajetória de vida, vai sendo substituído pela condição negativa de **fazer parte** da sociedade, agora uma 'cosmópolis' (SARTORI, 1981). Não se trata, ainda, de uma relação hierárquica entre política e sociedade e sim da substituição da fórmula ateniense caracterizada pela *polis* – "o homem é um animal político", pelo modelo romano centrado no social e que vai resultar na concepção de que o 'homem é um animal social'.

## 3. A política como instância autônoma.

Se a história vivida na Grécia e na Roma antigas não favoreceram à autonomia da esfera política, tampouco, ao longo da Idade Média a política apresentou-se com densidade própria. Durante o período feudal a dimensão política esteve associada à esfera religiosa. Um dos efeitos deste vínculo era a subordinação da política à moral religiosa. O exercício da autoridade pelo Estado, tinha como base de legitimidade a tradição fundada em concepções teológicas a respeito do ordenamento do mundo. A força do Estado combinada com a persuasão religiosa formavam o cimento que estabilizava as relações no feudalismo (MAAR, 1982). Os conflitos eventuais entre a monarquia e a igreja apenas evidenciavam a força da segunda diante da primeira. Não havia, ao longo deste período, uma clara separação entre a esfera pública e a privada. O critério de sucessão no poder, por exemplo, se dava pela herança familiar. Os códigos do espaço familiar informavam o funcionamento do campo político.

A relativa estabilidade do mundo feudal estava assentada, também, sobre uma rede de relações que tinham como base a posse da terra pela nobreza e pelo clero. A concessão para o

uso da terra, partindo dos estratos mais elevados da sociedade e chegando até os camponeses, gerava uma aliança de compromissos. De um lado a concessão descia a estratificação social tomando a forma de favor associada à segurança, às vezes ilusória, de pertencer a um Reino. De outro, a contrapartida ascendente dos estratos mais baixos assumia o caráter de lealdade e fidelidade em relação aos que governavam. É importante sublinhar o caráter, ao mesmo tempo, social, econômico, religioso, moral e político desta engrenagem. Paralelamente ao arranjo econômico e político feudal operava a representação teocêntrica do mundo, cujo principal ingrediente era a idéia de destino. Uma configuração que, por certo, não desenhava um ambiente propício ao desenvolvimento de relações políticas autônomas.

O declínio da sociedade feudal apresentou um duplo movimento, com forças aparentemente contraditórias, mas, que se mostraram complementares e úteis ao surgimento da sociedade contemporânea. Não convém conferir à dimensão econômica a condição de única fonte causadora das transformações em foco. Muito já se escreveu com o objetivo de criticar as perspectivas que adotam o determinismo econômico para explicar a derrocada do feudalismo. Mas, as mudanças econômicas tiveram um papel relevante na transição do mundo feudal para a sociedade moderna, não por acaso, fortemente associada ao mercado. Um primeiro movimento a impulsionar este processo foi a descentralização do poder jurídico-político. Dependendo do momento ou do lugar, as cidades-estado, os principados ou os burgos ganhavam autonomia, constituíam-se em espaços com legislação própria. Este movimento foi importante para viabilizar a livre circulação dos mercadores, suas mercadorias e seus novos comportamentos num mundo em transformação. Novas relações de trabalho se estabeleciam, enfim, novos costumes e atores sociais apareciam e, com o aspecto de resistência ao antigo, entravam em concorrência com a tradição a partir de espaços alternativos, relativamente, independentes. É difícil dimensionar o impacto cultural dessas novas práticas. Após descentralização ter propiciado a liberação de novas energias, processos e sujeitos, num jogo de desmonte das amarras jurídicas e morais próprias da Idade Média, o desdobramento seguinte foi, justamente no sentido contrário, mas, de efeito complementar.

O declínio da sociedade feudal ao mesmo tempo que oferecia a oportunidade do surgimento de novos valores e comportamentos, também foi desenhando um cenário de instabilidade, conflitos generalizados, enfim, desequilíbrios sociais. O desafio que se apresentou, principalmente à classe ascendente, a burguesia e seus representantes, foi de harmonizar as relações no novo contexto. É ilusório imaginar que os caminhos percorridos pela história, apenas concretizam os planos bem elaborados pelos poderosos de cada momento. Mais prudente pensar que o jogo complexo de ação e resistência abre virtualidades,

nem sempre previstas pelos sujeitos históricos, e que são preenchidas por atores que, muitas vezes, ao buscarem objetivos mais imediatos, acabam calçando o caminho do grupo que, mais tarde, será reconhecido como vencedor. A ação que começa individual pode ganhar um sentido social que ultrapassa o horizonte do ator que a protagonizou. Neste sentido é surpreendente, mas não ilógico, que o último estágio do feudalismo tenha sido marcado pelos Estados de poder absoluto, centralizadores, organizados pela monarquia, mas, adequados às necessidades do mercado naquele instante. Não há dúvida que a nova configuração foi uma resposta à autonomia das cidades, mas, teve um alcance muito maior. Sob o absolutismo começou o ordenamento da novas relações e, principalmente, a formação dos Estados nacionais. Não por acaso, o novo modelo de poder emergiu da aliança entre burguesia ascendente e monarquia decadente. Seu efeito foi propiciar maior autonomia do poder temporal em relação ao poder espiritual. Idéias como: livre arbítrio, direito divino dos reis e vontade do povo, indicavam resistência aos limites religiosos impostos ao exercício do poder profano (ARANHA e MARTINS, 1986).

Depois de um longo percurso histórico, finalmente, as condições concretas para uma autonomia do poder político frente aos poderes paralelos estão dadas. A centralização do poder no monarca, a sua colocação acima das autoridades religiosas, a aquisição de prerrogativas ilimitadas, o seu apartamento da moral cotidiana, enfim, o estabelecimento da estabilidade como seu objetivo, são características que distinguem o exercício do poder na modernidade em relação às suas formas anteriores. A política passa a ter um fim específico a ser buscado por uma lógica do próprio jogo político. Paradoxalmente a nobreza na sua despedida preparou o cenário para a encenação da política com roupagem singular e pelas mãos de novos atores sociais.

Sob o Estado centralizado começa o processo de racionalização burocrática. O poder, aos poucos, vai adquirindo um caráter impessoal. Significa que o mundo público ganhou dimensão própria e estabeleceu as fronteiras que o separam, desde então, da vida privada. O Estado como potência acima da religião desce verticalmente sobre a sociedade, concentrando a força em nome da solução dos conflitos dispersos e da construção da estabilidade capaz de gerar a harmonia. Ao menos é esse o efeito real que o poder na modernidade gera (LEBRUN, 1984). O poder político passa a ser visto como instância, relativamente autônoma, capaz de ordenar a vida social. Ainda que fórmula seja contestada em certos momentos, por determinados grupos, do Estado se espera a demonstração de capacidade para gerenciar o mundo do contrato garantindo o bom andamento das instâncias econômica e social. Não se trata mais de reivindicar a **participação** horizontal na *polis* como condição para construção da

própria vida, ao cidadão moderno restou **fazer parte** do social, trabalhar, cuidar da família e conviver com os amigos, desde que o Estado garanta a estabilidade.

É correto pensar que o fracasso do Estado em harmonizar a sociedade e a economia, faz emergir demandas por participação, transparência, enfim, controle da política pelos cidadãos. Nestes momentos o que se assiste é o social tentando envolver o político. Crise da política? Sim, pois, a sua autonomia não é absoluta. Dizer que a política ganha densidade própria, não é afirmar que o sistema de poder institucional apresenta-se totalmente separado das outras esferas da vida, ou mesmo, acreditar que o mundo político impõe o tempo todo os limites às outras dimensões da vida. Trata-se, antes, de perceber que o mundo político adquire uma lógica própria, onde, a maior parte do tempo, as causas do seu funcionamento são encontradas dentro das suas próprias fronteiras e, muitas vezes, fatores políticos se apresentam como causas, até mesmo, de fenômenos no campo social, econômico, cultural etc.

Em resumo este capítulo demonstrou que o conflito pode estar em muitas relações, mas, nem toda relação é política e, principalmente, a Ciência Política tem um objeto específico: as relações de poder institucionalmente constituídas. A construção deste objeto solicitou que, ao longo da história, a política fosse se separando das demais dimensões: sociedade, religião, moralidade etc. Na antiguidade grega uma totalidade, ao mesmo tempo, social e política formava a *polis*, cuja principal característica era a horizontalidade. O império romano deu um primeiro passo no sentido de verticalizar as relações entre o Estado e a sociedade, mas, enfatizou o social como comunidade jurídica. Na Idade Média, a política e a religião aparecem mescladas e só com o declínio do mundo feudal é que a política ganha autonomia em relação à moralidade cristã e passa a formar uma dimensão específica da realidade. O próximo desafio é analisar as condições lógicas de construção da Ciência Política.

**ATIVIDADES.**

1. A formação da Ciência Política pressupõe a autonomia da política. Qual o sentido desta afirmação?
2. Por que a frase de Aristóteles: "O homem é um animal político", só ganha pleno significado no contexto da Grécia Antiga?
3. Os gregos da antiguidade **participavam** da *polis*, os cidadãos modernos **fazem parte** da sociedade. Qual a diferença entre as duas situações?
4. O contexto da Idade Média não favorecia a autonomia da esfera política. Explique.

**DICAS DE ESTUDO.**

1. Assista, na sala de aula, ao filme ‘Guerra do Fogo’ de Jean-Jacques Annaud.
2. A partir do filme debata com os colegas o papel do conflito no processo de formação da humanidade e a sua relação com outros elementos.
3. Elabore um resumo do debate.
4. Pesquise em sítios da internet e livros de história sobre: a organização sócio-política na Grécia e Roma antigas; e também sobre o ‘renascimento urbano’ ao final da Idade Média.

**Referências.**

ARANHA, Maria L. de Arruda e MARTINS, Maria H. Pires. **Filosofando: introdução à Filosofia.** São Paulo: Moderna, 1986.

LEBRUN, Gérard. **O que é poder**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

MAAR, Wolfgang Leo. **O que é política**. São Paulo: Brasiliense,1982.

SARTORI, Giovanni. “Que é a política?”. In: idem. **A política: lógica e método nas Ciências Sociais**. Brasília: Editora UnB, 1981.

SENNETT, Richard. “Nudez: o corpo do cidadão na Atenas de Péricles” e “O manto da escuridão: a proteção do ritual em Atenas”. In: idem. **Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

**QUESTÕES PARA PROVA.**

- Ao dizer que “o homem é um animal político”, Aristóteles:

(1). Estava definindo a política, demarcando a fronteiras desta dimensão que ele insistia em diferenciar do social.
(2). Estava apresentando uma visão pessimista sobre o homem.
(3). Estava definindo o homem como um ser da *polis*, espaço social e político, ao mesmo tempo, onde ele poderia realizar sua essência.
(4). Estava descrevendo do comportamento do homem tanto no mundo da casa (social) quanto no mundo público (político).

**Resposta: 3.**

2. Afirmar que todas as relações são políticas:

(1). Demonstra a importância da política na vida das pessoas e fortalece a posição da Ciência Política frente às demais disciplinas.
(2). Dificulta o entendimento da Ciência Política na justa medida em que ofusca a especificidade da dimensão política frente às demais.
(3). Contribui para a compreensão dos fatos políticos como acontecimentos cuja causa pode ser encontrada noutros fenômenos políticos.
(4). É fundamental para o entendimento da política enquanto instância autônoma em relação à religião, moral e sociedade.

**Resposta: 2.**

3. Sobre a Idade Média é correto afirmar:

(1). Que só com o seu declínio, a política pode se separar da moral religiosa e constituir-se como instância autônoma.
(2). O exercício do poder era impessoal.
(3). A moralidade cristã não tinha qualquer influência no jogo político.
(4). A aliança da burguesia ascendente com o clero propiciou a formação do Absolutismo e dos Estados nacionais.

**Resposta: 1.**